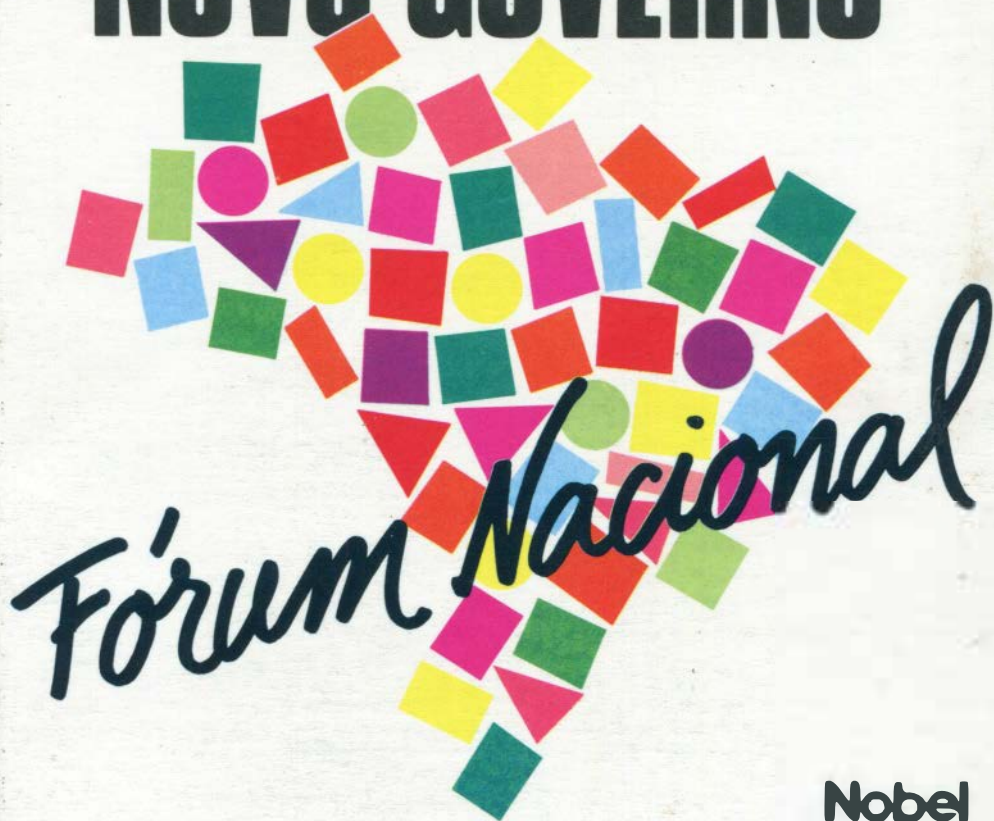


AS PERSPECTIVAS DO BRASIL E O NOVO GOVERNO



Fórum Nacional

Nobel

9. O Brasil a caminho do mercado de consumo de massa

*Antonio Barros de Castro**

Diz-se que cada geração é tentada a rever e reescrever a história, à luz dos seus problemas e valores. Quando, como no nosso caso, existe muito pouco culto ao passado e a soma dos problemas atuais chega a ser sufocante, essa operação de reescrever, de reinterpretar o passado, torna-se particularmente fácil e, a meu ver, bastante perigosa.

Algum dia, ficará estabelecido um balanço mais sólido do que foram os anos 80. Dele, creio que terá um grande papel a reavaliação das idéias, da percepção que a economia e a sociedade tinham de si mesmas.

Ao cabo dessa releitura do nosso passado, à luz da tragédia dos anos 80, chegamos a uma espécie de consenso, no sentido de que o predominate nesta sociedade, o seu traço mais característico, agressivo e insultante, é a desigualdade, é a extrema concentração da renda etc.

Isso tem enormes implicações, das quais a mais importante parece ser que, se é assim, se depois de tanto caminhar chegamos a esse destecho, então, num certo sentido, de nada valeu a história: o País tem que ser refundado.

Uma implicação correlata, muito próxima desta, é que, a partir dessa perspectiva, a política assume o valor máximo, ou pelo menos aquilo que se pensa que pode ser a política.

Quero discutir essa questão, que me parece central: a questão da distribuição da renda, o seu significado, e um pouco, como conclusão, perguntar sobre o futuro e as reformas que seriam cabíveis à luz do que tentarei colocar.

Sinteticamente, a distribuição de renda é vista por três prismas.

O primeiro prisma é aquele que nos leva a pensar num dualismo na economia brasileira. Existem os setores avançados e os relegados à subsis-

* Professor de Economia da UFRJ, e um dos dirigentes do seu Instituto de Economia Industrial (IEI).

tência. A imagem da Belíndia é, aqui, inescapável. Essa é a abordagem do dualismo.

A outra abordagem é a distribuição pessoal. Quanto por cento da renda têm os mais pobres, quanto por cento têm os mais ricos.

E, finalmente, existe a abordagem da distribuição primária ou funcional. Quanto fica com o trabalho, quanto fica com o capital.

Vou comentar sumariamente o que se pensa e o que me parece ser mais verdadeiro a respeito desses três tópicos. Isso me parece estar carregado de implicações.

No que se refere aos dois países, à radical diferença entre um Brasil que participa e um Brasil que é excluído, existem abundantes dados que negam radicalmente essa suposição. Sendo bastante breve, mas indo diretamente ao ponto, tomarei quatro índices que parecem negar pela raiz essa hipótese: o abastecimento de água, a iluminação e a disponibilidade de geladeiras e televisores no Brasil.

Em 1960, 21% dos domicílios brasileiros tinham água; em 1988, 70%. Saltou-se de 21 para 70%. Isso parece fundamental, até mesmo por razões de natureza sanitária, mortalidade infantil etc.

A iluminação elétrica saltou de 38% dos lares para 86%.

A presença de refrigerador saltou de 11% dos lares para 69%.

E a presença de televisores saltou de 5% dos lares para 71,5%.

Difícilmente algum país passa por uma transformação tão forte, tão acentuada e tão abrangente. Abrangente da população, ou seja, tão extensa, tão horizontal.

Deu-se, nesses 28 anos, de 1960 a 88, a quase universalização do acesso da população a serviços básicos, como água e eletricidade, e a *gadgets* simbólicos da nossa civilização, como a geladeira e o televisor.

Poderia prosseguir dando outras informações a esse respeito. Gostaria apenas de concluir esse ponto dizendo o seguinte: se nós tomarmos o ABC, em São Paulo (e certamente o ABC não é o *locus* da elite e nunca foi, tampouco, totalmente representativo da Bélgica), veremos que, simplesmente, naqueles municípios, não apenas a geladeira e o televisor se tornaram universais, praticamente universais, como os outros aparelhos domésticos, como máquina de lavar, aspirador de pó e até mesmo videocassete, este em menor proporção, estão se universalizando com uma velocidade espantosa. Espantosa sobretudo nos anos 70, mas surpreendentemente sustentada nos anos 80.

Literalmente, não há dois países quanto à participação, à extensão, à abrangência, à penetração dos frutos da industrialização. Muito pelo contrário, há um grande mercado em formação, formação rápida. Há um país se fundindo economicamente, por baixo, a nível de mercado.

Quanto à distribuição pessoal da renda, gostaria de começar dizendo o seguinte. Se por um lado é verdade que a distribuição pessoal no Brasil é bastante concentrada, por outro lado há bastantes equívocos a esse respeito. Se tomarmos 1960 como referência, veremos que a participação na renda dos 40% mais pobres no Brasil era maior que a participação na renda dos 40% mais pobres na França. Repito, na França.

E se compulsarmos as comparações, teremos várias outras surpresas. Não tenho dúvida de que a renda é bastante concentrada no Brasil. Não tenho dúvida, inclusive, seguindo um trabalho muito bem feito do Hoffman, de que a concentração é até subestimada pela nossa metodologia. Mas o fato é que ela está muito longe de ser aquilo que se pensa. Está muito longe também de ser aquilo que se deseja, sem dúvida alguma. Sobretudo se tomarmos como referência países de boa distribuição, como o Japão, a Coreia e a Austrália.

Também, se considerarmos regiões, veremos alguns dados surpreendentes. Dados do RAIS, por exemplo, que é a fonte qualificada sobre o mercado formal de mão-de-obra, nos dizem que os trabalhadores não-qualificados, em São Paulo, ganham apenas 54% a mais do que os trabalhadores não-qualificados análogos, ou seja, da mesma categoria, no Ceará. Repito, São Paulo versus Ceará, a diferença de São Paulo é apenas de 54%, ao contrário dessa relação supostamente abissal que povoa a nossa imaginação e faz os nossos pesadelos.

Vamos rapidamente a um ponto que, infelizmente, se tornou munição indispensável da retórica política. E aqui os equívocos chegam a ser surpreendentes. É a distribuição entre renda do trabalho e renda do capital. Costuma-se dizer que, no Brasil, a renda do trabalho é da ordem de 35 a 38%, conforme se tome a renda a custo de fatores ou a custo de mercado, enquanto que a renda do capital seria o seu complemento para 100. Então, digamos que seja 35 e 65%. Ora, nos países civilizados, tipo Japão, Suécia etc., seria o inverso: 70% para o trabalho e 30% para o capital.

Existe uma verdadeira comédia de equívocos em torno disso e estranhamente, especialistas em mão-de-obra, em salários, repetem esse dado. As razões pelas quais isso não passa de uma comédia de erros começam pelo fato de que o que se está medindo não é renda do trabalho versus renda do capital, é renda assalariada versus qualquer outra forma de renda. Por exemplo, toda a renda da agricultura não entra como renda assalariada, assim como toda a renda das pequenas empresas. O mesmo ocorre em relação a toda a renda das domésticas, o que é pouco, em termos percentuais, mas serve para ilustrar esse tipo de equívoco. E, supostamente, tudo isso é então atribuído ao capital. Um suposto excedente, e excedente associado a lucro, a capital. Isso é um crasso erro.

Mas a coisa prossegue da seguinte maneira. Na Itália e no Japão, fizeram uma correção, recentemente, desse tipo de estatística, pois lá também eles têm um problema de distinguir entre renda do trabalho e renda assalariada, porque existe um grande contingente de trabalhadores não-assalariados, tanto no Japão quanto na Itália. O interessante é que, na Itália, essa correção fez saltar a renda do trabalho, entendida esta, corretamente, de 50 para 73% do produto e no Japão, de 58 para 79% do produto.

Essa limpeza estatística, essencial para se dizer alguma coisa sobre esse tema, jamais foi feita no Brasil.

Haveria vários outros tópicos a tomar a esse respeito, mas o fato é que essa idéia de que o trabalho tem 35 ou 38 e que o capital tem o seu complemento para 100 é radicalmente equivocada no caso brasileiro.

Creio que, realmente, existem graves erros, nesse aspecto, que fundam um diagnóstico bastante equivocado da nossa situação, têm uma influência prodigiosa sobre o que pensamos de nós mesmos e o que pensamos da nossa história.

Insisto, e é até uma obviedade, que a renda do Brasil é concentrada e deve ser corrigida. Porém, isso nada tem a ver com a imagem que se difundiu a esse respeito. Tem a ver profundamente com um fator que passo a comentar: é a famosa década perdida.

Naturalmente, não posso estender-me sobre ela neste momento. Parece-me um tema fascinante, sobre o qual conhecemos muito pouco. Teve a década três fases completamente distintas, pois não é homogênea. Mas a parte final é dominada inteiramente pela alta inflação instável. Todos sabem o que isso significa, pela sua experiência cotidiana. O ponto a salientar é que essa alta inflação instável desorganizou completamente a percepção dos brasileiros.

Keynes gostava de dizer que nada se sabe sobre o futuro. Só se tomam decisões em relação ao futuro por uma convenção social, dizia ele. É uma convenção extremamente útil e, aliás, necessária à vida social e econômica. Só que, a partir da alta inflação instável, ou seja, no pós-cruzado, não sabemos nada sobre o futuro. E também não sabemos nada, ou só muito pouco, sobre o presente. A total incerteza e desconhecimento contaminaram o próprio presente.

Uma pequena ilustração. No mês de março de 1989, o Índice Geral de Preços (IGP) deu um resultado de 4% na alta de preços e o IPA, 3%. Nós trabalhávamos com esses dados, comentávamos o estado da inflação, mas as pessoas tinham uma visão radicalmente diferente. Chegavam a rir quando falávamos nesses dados. No entanto, eram os dados feitos por todas as instituições e, diga-se de passagem, os dados da FIPE e do DIEESE, eram muito próximos.

O que acontece? Será que as pessoas não estão mentindo? Ou não sabem o que é média? Inflação é média. Elas tomavam só os preços mais altos, aqueles únicos que tinham subido, e os consideravam representativos da inflação. Será que elas não sabem o que é média? Não. Não é isso. A percepção já estava inteiramente desorganizada naquele momento.

O que acontece? Por que as pessoas tomam apenas os preços que subiram e os consideram como verdadeiros? Porque eles representam o futuro, representam o que vem. E você já tem que estar preparado hoje para o que vem amanhã.

Então, na realidade, as pessoas dão peso aos preços, expurgam os preços que aí estão, que ainda não subiram, e tomam apenas os que já subiram. “Ainda” e “já”, aqui, são fundamentais, ambos entre aspas, este é o critério. E isso leva a uma percepção completamente equivocada da realidade.

E é contra essa percepção que são vistos os salários. As quedas de salário, por exemplo. Os três planos por que nós passamos, todos os três, elevaram os salários. Os três foram apedrejados pelo arrocho salarial neles contido. Tivemos a infelicidade de procurar mostrar que o Plano Verão não continha necessariamente um arrocho salarial e fomos extremamente maltratados, em vários sentidos. Hoje estão publicados os dados, não há mais nenhuma dúvida a esse respeito, os três planos elevaram, por razões, aliás, bastante semelhantes, os salários.

Então, é contra este mundo altamente desorganizado, de percepções completamente desorientadas, exacerbadas (não quero prosseguir nesta linha fascinante) que nós montamos a imagem do presente. E é tomando isso como grande desfecho da nossa história que hoje a estamos reescrevendo, na verdade, a meu ver, deturpando completamente o seu sentido.

Evidentemente, não vou agora falar sobre inflação, o que fazer para controlá-la. Advirto apenas que nossa inflação é hoje essencialmente monetária e expectacional e tem que ser tratada coerentemente com esse diagnóstico. Concordo com a impressão, bastante generalizada, de que passaremos uns dois anos tentando acertar nessa vitória final sobre a inflação. Chegaremos, então, a uma etapa pós-inflacionária ou à degeneração completa, que é também uma possibilidade.

Mas vamos supor que passamos por essa fase de dois anos, essa *via crucis*, e chegamos ao outro lado, à era pós-inflacionária.

É claro que teremos que fazer muitas coisas. Já dá para perceber que discordo bastante do que se pensa que se deve fazer na maioria das áreas. Reconheço o meu isolamento, a minha posição minoritária, mas continuo interessado em defender os meus pontos de vista. Em nosso entender, no pós-inflação, temos que nos dar conta de que envelhecemos muito durante esta década, envelhecemos como aparelho produtivo, como economia.

Avançamos um pouco em alguns setores de fronteira e de ponta, mas, basicamente, passamos por um processo bastante sério de desgaste e envelhecimento. Por quê?

A meu ver, por duas razões. Primeiro, porque está em curso no mundo uma revolução silenciosa, que eu chamaria, não tendo tempo para desdobrar o conceito, de revolução japonesa. Revolução que muda a própria entidade básica da economia, que é a empresa. A empresa está mudando completamente e, dentro dela, a relação dos trabalhadores com a tecnologia. E nós estamos, basicamente, à margem disso. Segundo, envelhecemos porque o setor público se esfacelou. Reporto-me, neste ponto, ao Roberto Cavalcanti. E como no Brasil o setor público é fundamental, esse envelhecimento, esse apodrecimento de certas áreas do setor público contaminava profundamente a economia.

Ainda mais, acho verdadeiramente milagroso que o setor público brasileiro tenha atravessado essa crise de alta inflação instável com essa relativa solidez. A alta inflação instável e a hiperinflação são situações em que tudo que é público desmancha no ar. E no Brasil não desmanchou.

Resumindo, para concluir, o Brasil estava, e está, em pleno processo de formação de uma economia e de uma sociedade de massas. E tem muito a fazer numa agenda pós-inflacionária. Primeiro, temos que promover um reacerto, uma refiltragem de toda a política econômica, de todo o sistema financeiro e das relações governo/economia, porque tudo isso está completamente deturpado pela convivência com a inflação.

Segundo, temos de fazer isso porque precisamos entrar num tipo de política econômica centrado na eficiência, na produtividade. Isto é, claro, totalmente coerente com a idéia de consumo de massas. Temos que nos dedicar intensamente a recuperar a eficiência daquilo que permanecerá com o setor público e da empresa privada, genericamente.

Para concluir, a despeito da tentação, dos efeitos retóricos, pensar em refundar a economia, no caso do Brasil, é uma loucura. A economia não requer e a política não permite.

Nelson Carneiro • João Paulo dos Reis Velloso
Fernando Henrique Cardoso • Gilberto de Mello Kujawski
César Maia • Jarbas Passarinho • Paulo Cunha
Roberto Macedo • Roberto de Oliveira Campos
Affonso Celso Pastore • Fernão Bracher
Eduardo Modiano • Edmar L. Bacha
Roberto Cavalcanti de Albuquerque
Antonio Barros de Castro • Roberto Teixeira da Costa
Carlos Rocca • Jorge Gerdau Johannpeter
Joaquim Santos Andrade • Júlio Mourão
Enrique Iglesias • Rubens Ricúpero • Pedro S. Malan
Mauro Arruda • Benedito Fonseca Moreira
Luiz Henrique • Plínio de Arruda Sampaio Júnior
Delman Sérgio Ferreira • Marcos Pereira Vianna
Gilberto Dupas • Winston Fritsch e Gustavo H. B. Franco
João Paulo de Almeida Magalhães • Hélio Jaguaribe
Nelson Jobim • Marcus Faria Figueiredo
Jair Meneguelli • Bolívar Lamounier
Luciano Martins • Dorothea Werneck
Aspásia Camargo • Eugênio Emílio Staub
Sérgio F. Quintella • Luiz Antonio Medeiros
Plínio de Arruda Sampaio • D. Afonso Fellipe Gregory